



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabiano Mourão Vieira

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 4, abr. 2004. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em abril, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 7,5 bilhões, acumulando, no primeiro quadrimestre de 2004, resultado de R\$ 25,2 bilhões, equivalente a 4,92% do PIB estimado para o período e R\$ 5,0 bilhões acima da meta para o Governo Central estabelecido no Decreto de Programação Financeira. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,5 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central registraram déficits, respectivamente, de R\$ 1,9 bilhão e R\$ 5,2 milhões. Este resultado já incorpora a primeira parcela de R\$ 404,2 milhões de transferências por conta da repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com estados e municípios ocorrido em abril deste ano. No mês, também houve aumento das transferências decorrente da arrecadação do Imposto de Renda. O resultado da previdência, conquanto apresente melhora marginal em relação ao começo de 2004, ainda aponta para uma ampliação significativa do déficit em relação a 2003, apesar da recuperação na arrecadação de contribuições.

O resultado primário do Governo Central no primeiro quadrimestre de 2004 foi superavitário em R\$ 25,2 bilhões, aproximadamente 4,92% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	MAR 2004	ABR 2004	JAN-ABR 2003	JAN-ABR 2004
I. RECEITA TOTAL	33.132,1	35.054,9	118.814,4	134.568,7
I.1. Receitas do Tesouro	25.889,4	27.765,5	95.384,1	106.910,3
I.1.1 Receita Bruta	26.641,8	28.448,5	96.759,5	109.244,9
I.1.2. (-) Restituições	-752,4	-683,1	-1.375,4	-2.334,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.138,2	7.198,2	23.135,2	27.299,2
I.3. Receitas do Banco Central	104,5	91,2	295,0	359,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.930,8	5.430,1	21.121,0	22.063,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	28.201,4	29.624,8	97.693,4	112.505,5
IV. DESPESA TOTAL	21.982,2	22.105,9	72.889,4	87.353,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.625,1	6.076,9	24.737,5	26.725,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.628,4	9.144,6	29.052,9	35.719,9
IV.3. Custeio e Capital	6.578,4	6.740,0	18.599,2	24.326,0
IV.3.1. Despesa do FAT	660,0	598,0	1.984,9	2.478,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	403,8	74,0	486,9	975,6
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	531,0	734,4	1.242,6	2.360,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.983,6	5.333,5	14.884,8	18.511,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	49,6	48,1	156,3	182,9
IV.5. Despesas do Banco Central	100,6	96,4	343,5	399,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.219,2	7.518,9	24.804,0	25.151,8
V.1. Tesouro Nacional	7.705,5	9.470,4	30.770,2	33.613,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-1.490,2	-1.946,3	-5.917,7	-8.420,6
V.3. Banco Central (3)	3,9	-5,2	-48,5	-40,6
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			5,31%	4,92%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO: 2004/2003	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	13,3%
Tesouro	12,1%
Previdência	18,0%
Transferências	4,5%
Receita Líquida	15,2%
Despesas	19,8%
Benefícios	22,9%
Pessoal	8,0%
Custeio e Capital	30,8%

Nos quatro primeiros meses de 2004, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 33,6 bilhões, aproximadamente 6,58% do PIB.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-ABR (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Tesouro Nacional	6,58%	6,58%
Previdência Social	-1,27%	-1,65%
Banco Central	-0,01%	-0,01%
Governo Central	5,31%	4,92%

O resultado primário do Tesouro Nacional, no primeiro quadrimestre deste ano, foi R\$ 2,8 bilhões (9,23%) superior ao obtido em igual período de 2003. As receitas do Tesouro Nacional apresentaram, em termos nominais, crescimento de R\$ 11,5 bilhões (12,1%), atingindo o montante de R\$ 106,9 bilhões no ano. Tal desempenho decorreu principalmente dos seguintes fatores: i) incremento no recolhimento do IRPJ e CSLL relativo à declaração de ajuste de 2004 referente ao ano calendário de 2003, e à compensação entre tributos a pagar e a receber, relativo ao primeiro quadrimestre de 2004, sem contrapartida no ano anterior; ii) aumento da arrecadação da Cofins em virtude do aumento da alíquota das entidades financeiras, de 3% para 4%, da retenção referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços e da entrada em vigor da tributação não cumulativa que passou a incorporar, na base de cálculo, os insumos importados; iii) recolhimento, a partir de junho de 2003, do Parcelamento Especial (Paes); e iv) incremento na arrecadação própria, decorrente, em grande parte, do recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de comunicação da Anatel.

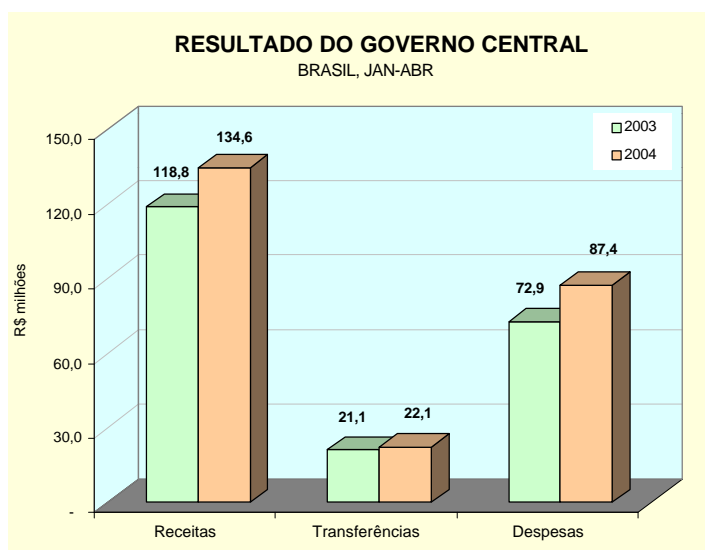
**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-ABR (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	20,40%	20,93%
Transferências	4,52%	4,32%
Despesas do Tesouro	9,30%	10,03%
Resultado Primário	6,58%	6,58%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

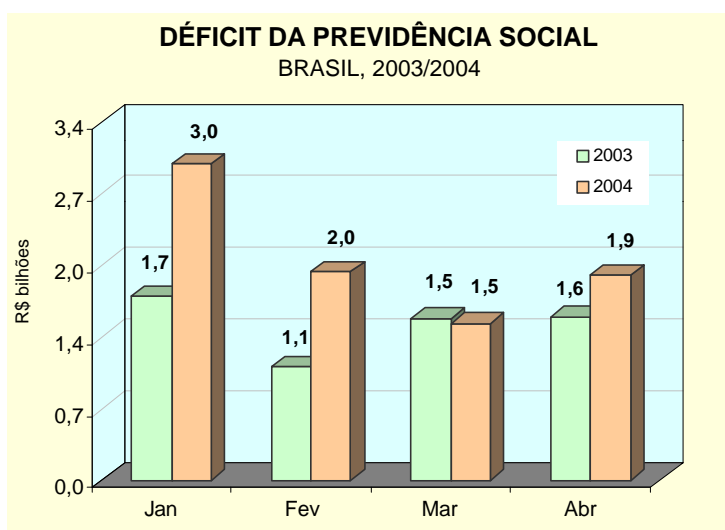
As transferências a estados e municípios corresponderam a 4,32% do PIB, no acumulado de janeiro a abril de 2004, contra 4,52% em igual período do ano anterior. Parte dessa queda concentrou-se nas transferências relativas à desoneração do ICMS, de 0,38% para 0,22% do PIB, em razão da transferência adicional, realizada em 2003, de valores referentes a novembro e dezembro de 1999, atualizados pelo IGP-DI, conforme determinou o artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2002. Nas demais transferências, houve redução de 0,20 ponto percentual devido basicamente aos efeitos do câmbio *vis-à-vis* o começo de 2003 sobre os repasses de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

No primeiro quadrimestre de 2004, a receita bruta do Tesouro Nacional em proporção do PIB foi de 21,39%, 0,69 ponto percentual superior a igual período de 2003.



Por sua vez, as despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 51,2 bilhões (10,0% do PIB) no período, tendo crescido R\$ 7,7 bilhões (0,7 ponto percentual do PIB) em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior. Esse comportamento decorre principalmente dos seguintes fatores: i) aumento nominal de R\$ 2,0 bilhões nos gastos com pessoal, refletindo o crescimento vegetativo da folha, a reestruturação de carreiras estratégicas, a incorporação do aumento linear de 1,0% concedidos ao funcionalismo público federal; e ii) aumento de R\$ 5,7 bilhões (0,78 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital, resultante, em parte, do incremento de 0,09 ponto percentual do PIB nos gastos com subsídios e subvenções econômicas e do aumento de 0,20 ponto percentual do PIB no item relacionado a benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), proveniente da alteração da idade mínima para recebimento mensal de um salário mínimo de 67 para 65 anos, assim como da mudança no cálculo da renda familiar *per capita*, para efeito de percepção dos benefícios da LOAS, nos termos do Estatuto do Idoso e da inclusão da RMV como despesa primária do Tesouro Nacional a partir de 2004.

As despesas do Tesouro Nacional corresponderam a 10,03% do PIB, sendo 0,73 ponto percentual superior a verificada em igual período de 2003.



O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 8,4 bilhões no primeiro quadrimestre de 2004 (1,65% do PIB). O crescimento das despesas com benefícios em relação a idêntico período de 2003 reflete os reajustes ocorridos e o incremento na quantidade de beneficiários.

Por fim, a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 8,4 bilhões (1,65% do PIB), no primeiro quadrimestre de 2004, contra R\$ 5,9 bilhões (1,27% do PIB) no mesmo período ano anterior. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário é consequência do maior dinamismo dos gastos com benefícios totais, que aumentaram 23,0% nesse período, decorrente do incremento de 18,2% no valor médio dos benefícios pagos, que reflete o reajuste do salário-mínimo a partir de abril de 2003 e o reajuste dos demais benefícios a partir de julho de 2003, bem como da ampliação do contingente de novos benefícios (incremento médio de 861,2 mil novos benefícios em relação ao primeiro quadrimestre de 2003). Por seu lado, a arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 27,3 bilhões, com

crescimento de 18,0% em relação a igual período de 2003, refletindo o início do processo de recomposição da renda real na esteira do ajuste externo completado em 2003.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em abril, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 28,4 bilhões.

Em abril, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 28,4 bilhões, contra R\$ 26,6 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 1,8 bilhão deveu-se, principalmente, ao pagamento sazonal referente à primeira cota e cota única do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) relativa à declaração de ajuste do ano calendário de 2003 e da parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a receita da cota-parte de compensações financeiras.

Além do mencionado recolhimento da declaração de ajuste de 2003 do IRPF, cujo impacto foi de R\$ 1,2 bilhão, o aumento do IR (R\$ 1,2 bilhão) também se deveu ao pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente ao primeiro trimestre de 2004.

Por outro lado, em abril, houve quatro semanas de fato gerador, contra cinco no mês anterior, com reflexos na arrecadação dos tributos com apuração semanal: IRRF – Rendimento de Trabalho (queda de R\$506,9 milhões) e CPMF (decréscimo de R\$ 400,6 milhões).

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR	ABR
Impostos	11.218,7	12.531,7
Imposto de Renda	8.266,8	9.437,1
IPI	1.713,6	1.955,0
Outros	1.238,4	1.139,6
Contribuições	12.212,1	12.528,1
Cofins	5.430,1	5.849,7
CPMF	2.268,6	1.868,0
CSLL	1.652,8	1.795,7
Cide - Combustíveis	570,3	706,4
Outras	2.290,3	2.308,3
Demais	3.211,0	3.388,8
Cota parte	474,6	1.689,2
Diretamente Arrecadada	1.493,3	755,3
Dividendos da União	317,6	59,3
Refis e Paes	283,6	284,5
Outras	641,9	600,5
Total Bruto	26.641,8	28.448,5

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 3,4 bilhões, representando elevação de R\$ 177,7 milhões em relação ao mês anterior. Destaque-se o incremento de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural em função do recolhimento trimestral da parcela referente à participação especial. Tal incremento mais do que compensou a queda de R\$ 738,0 milhões verificada nas receitas próprias, explicado pela receita sazonal decorrente do recolhimento anual da taxa de fiscalização de funcionamento de serviços de telecomunicações pela Agência Nacional de Serviços de Telecomunicações (Anatel) ocorrido no mês de março. As receitas com dividendos registraram R\$ 59,3 milhões no mês em análise, contra R\$ 317,6 milhões, em março, mês em que ocorreu o recolhimento de R\$ 315,0 milhões por parte do Banco do Brasil.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro quadrimestre, a receita bruta do Tesouro totalizou 21,39% do PIB, dos quais 9,14% correspondentes aos recolhimentos de impostos, 9,82% de contribuições e 2,43% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta deste ano cresceu R\$ 12,5 bilhões, com destaque para as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF). Esse aumento é explicado, em parte, pelo recolhimento do IRPJ e CSLL relativo à declaração de ajuste de 2004 referente ao ano calendário de 2003 e à arrecadação de R\$ 517,0 milhões decorrente de compensações entre tributos a pagar e a receber ocorrida no primeiro quadrimestre de 2004, sem contrapartida no ano anterior.

Por sua vez, houve incremento de R\$ 3,5 bilhões na arrecadação da Cofins em decorrência dos seguintes fatores: i) elevação da alíquota das entidades financeiras, de 3% para 4%; ii) retenção na fonte referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços (Lei nº 10.833/2003); e iii) incorporação na base de cálculo da Cofins (não cumulativa) dos insumos importados. A melhora da arrecadação nos quatro primeiros meses do ano também está relacionado ao aumento do nível de atividade econômica.

No mesmo período de comparação, verificou-se a apreciação de 14,72% do real, provocando queda na arrecadação do IRRF – Remessas para o Exterior, do Imposto de Importação e do IPI – Vinculado às Importações.

Nos quatro primeiros meses do ano, as demais receitas do Tesouro atingiram R\$ 12,4 bilhões, refletindo aumento de R\$ 1,3 bilhão em relação a igual período de 2003. Verificou-se incremento de R\$ 713,9 milhões na rubrica “Refis e Paes”, devido, principalmente, à arrecadação obtida, a partir de junho de 2003, no âmbito do Parcelamento Especial (Paes), conforme Lei nº 10.864/2003. As receitas próprias elevaram-se R\$ 623,7 milhões, em decorrência, em grande parte, do aumento no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel. Por sua vez, os dividendos pagos à União apresentaram crescimento de R\$ 331,0 milhões, passando de R\$ 1,1 bilhão, no primeiro quadrimestre de 2003, para R\$ 1,5 bilhão, em 2004. Os principais responsáveis pela arrecadação registrada este ano foram Petrobras – que registrou lucro recorde em 2003, base para o recolhimento de dividendos em 2004 – e Banco do Brasil.

Por outro lado, verificou-se queda de R\$ 869,3 milhões nas receitas com cota-parte de compensações financeiras, devido à apreciação do câmbio no período e à redução na produção do petróleo, que mais que compensou o aumento de 8,1% nos preços internacionais do petróleo (média quadrimestral em 2003 do Brent Petróleo de US\$ 29,86 contra US\$ 32,29, em 2004).

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	9,1%	9,1%
Imposto de Renda	6,8%	7,0%
IPI	1,4%	1,3%
Outros	0,9%	0,9%
Contribuições	9,3%	9,8%
Cofins	4,0%	4,4%
CPMF	1,7%	1,6%
CSLL	1,2%	1,4%
Cide - Combustíveis	0,5%	0,5%
Outras	1,9%	1,9%
Demais	2,4%	2,4%
Cota parte	1,1%	0,8%
Diretamente Arrecadada	0,7%	0,7%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Refis e Paes	0,1%	0,2%
Outras	0,3%	0,4%
Total Bruto	20,70%	21,39%

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Demais	11.135,7	12.394,0
Cota parte	5.075,4	4.206,1
Diretamente Arrecadada	3.095,3	3.719,0
Dividendos da União	1.131,1	1.462,2
Refis e Paes	417,6	1.131,5
Concessões	170,7	46,4
Outras	1.245,5	1.828,8

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2003	2004
Petrobras	356,8	1.079,8
Banco do Brasil	205,1	316,4
Caixa	296,8	-
Infraero	111,9	-
Correios	103,6	-
Demais	56,8	65,9
Total	1.131,1	1.462,2

Transferências a Estados e Municípios

Em abril, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 5,4 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões em março, correspondente a um crescimento de 10,1%. Destaque no mês para a transferência da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) no montante de R\$ 404,2 milhões, sem contrapartida no mês anterior (vide Box 1). As transferências constitucionais superaram em R\$ 419,0 milhões as realizadas no mês anterior, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, em especial do Imposto de Renda.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2004 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	MAR	ABR
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3.938,9	4.357,9
Constitucionais (CIDE)	-	404,2
Desoneração do ICMS	283,3	283,3
Demais	708,6	384,8
Total	4.930,8	5.430,1

No primeiro quadrimestre de 2004, as transferências a estados e municípios passaram de 4,52% para 4,32% do PIB, em 2004. Verificou-se a redução de 0,16 ponto percentual do PIB das transferências relativas à desoneração do ICMS, explicada pela transferência adicional, no primeiro bimestre de 2003, de valores referentes aos meses de novembro e dezembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº 115/2002.

Boxe 1 – Transferência da CIDE

A Lei nº 4.866, de 04/05/2004, regulamentou a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE instituída pela Lei nº 10.336, de 19/12/ 2001, conforme determinam o inciso III e o § 4º do art. 159 da Constituição Federal, incluídos pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.

A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, para ser aplicado obrigatoriamente no financiamento de programas de infra-estrutura de transportes, o percentual de 25% dos recursos contabilizados a título de CIDE, após a desvinculação prevista no art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os recursos serão repassados trimestralmente aos Estados e ao Distrito Federal segundo critérios que contemplem a extensão das respectivas malhas rodoviárias federal e estaduais pavimentadas, o consumo dos combustíveis sujeitos à incidência da contribuição, a população, e, ainda, uma parcela dividida em partes iguais entre esses entes federativos. Os coeficientes de participação de cada unidade da federação foram fixados na Lei nº 4.866/2004 para o exercício de 2004, e serão calculados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos anos seguintes.

Dos recursos que couberem a cada Estado, 25% serão creditados pelas instituições financeiras aos municípios, nas formas e condições estabelecidas em lei federal. Os percentuais individuais de participação dos Municípios serão calculados pelo TCU. Enquanto esta não for sancionada, a distribuição entre os Municípios observará os seguintes critérios: 50% proporcionalmente aos mesmos critérios previstos na regulamentação da distribuição dos recursos do Fundo de Participação de Municípios; e 50% proporcionalmente à população.

Os recursos serão depositados em contas vinculadas, abertas para tal finalidade junto ao Banco do Brasil ou outra instituição financeira que venha a ser designada pelo Poder Executivo Federal e terão sua movimentação condicionada à inclusão nos respectivos orçamentos das receitas e à previsão das despesas na lei orçamentária estadual ou do Distrito Federal, bem assim à realização das despesas constantes de plano de trabalho aprovado pelo Ministério dos Transportes.

São previstas, igualmente, salvaguardas que assegurem a transparência e a legalidade da aplicação dos recursos repassados, assim como mecanismos de retenção nas contas vinculadas em caso de descumprimento dos programas de trabalho aprovados.

Por sua vez, as transferências constitucionais passaram de 3,40% para 3,44% do PIB, advindo do comportamento favorável do IR que mais que compensou a menor arrecadação do IPI em 2004. A apreciação cambial e queda na produção do petróleo explica parte da redução das demais transferências a Estados e Municípios, que passaram de 0,74% para 0,58% do PIB, em razão, principalmente, dos seus efeitos sobre os repasses dos *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

As despesas do Tesouro totalizaram R\$ 12,9 bilhões em abril, contra R\$ 13,2 bilhões no mês anterior. A queda de R\$ 388,1 milhões (2,9%) pode ser explicada, basicamente, pela redução atípica da despesa com pessoal e encargos sociais (R\$ 548,2 milhões).

O comportamento da despesa com pessoal e encargos sociais, que passou de R\$ 6,6 bilhões, em março, para R\$ 6,1 bilhões, em abril, resultou, principalmente, dos pagamentos de precatórios no mês anterior, sem correspondência em abril.

Os gastos com custeio e capital apresentaram aumento de 2,46% no mês de abril. Em particular, houve acréscimo nas despesas com LOAS/Renda Mensal Vitalícia (RMV) e demais despesas de custeio e capital, que compensaram a redução nas despesas com subsídios e subvenções econômicas e com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro totalizaram R\$ 74,0 milhões, apresentando decréscimo de R\$ 329,8 milhões em relação ao mês anterior. A redução dessas despesas deve-se, em especial, à queda dos dispêndios líquidos (R\$ 251,6 milhões) com o Programa Aquisição do Governo Federal (AGF) - decorrente da mudança de sistemática de repasse de recursos, a qual foi implementada apenas em março deste ano, levando a que as receitas referentes aos meses anteriores tenham sido realizadas apenas neste mês - e com o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), em função da menor demanda por equalização e da apreciação cambial, que aumentou as receitas dos programas de financiamento.

O aumento dos gastos no âmbito da LOAS/RMV deveu-se, basicamente, à mudança do provisionamento à rede bancária, efetuada no mês anterior, que reduziu, naquele mês, as despesas com os benefícios pagos pelo INSS, inclusive LOAS. Ressalta-se que essa mudança não alterou a quantidade de benefícios pagos nem seu valor, apenas modificou o dia de repasse dos recursos aos bancos, sem prejuízo aos beneficiários.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-ABR (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,40%	3,44%
Constitucionais (CIDE)	0,00%	0,08%
Desoneração do ICMS	0,38%	0,22%
Demais	0,74%	0,58%
Total	4,52%	4,32%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

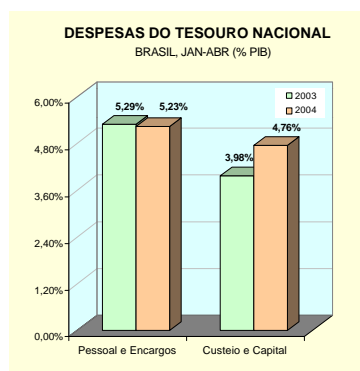
Comparativamente ao mês anterior, a redução das despesas do Tesouro Nacional em abril decorreu, principalmente, da queda nos dispêndios com pessoal e encargos sociais, que haviam sido aumentados em março pelo pagamento de precatórios.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR	ABR
Pessoal e Encargos	6.625,1	6.076,9
Custeio e Capital	6.578,4	6.740,0
Despesas do FAT	660,0	598,0
Subsídios e Subvenções	403,8	74,0
LOAS/RMV (1)	531,0	734,4
Outras	4.983,6	5.333,5
Transferência ao Bacen	49,6	48,1

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro quadrimestre de 2004, as despesas do Tesouro alcançaram 10,0% do PIB, superior em 0,7 ponto percentual ao valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse aumento se atribui essencialmente aos dispêndios com custeio e capital, que apresentaram incremento de 0,78 ponto percentual do PIB.

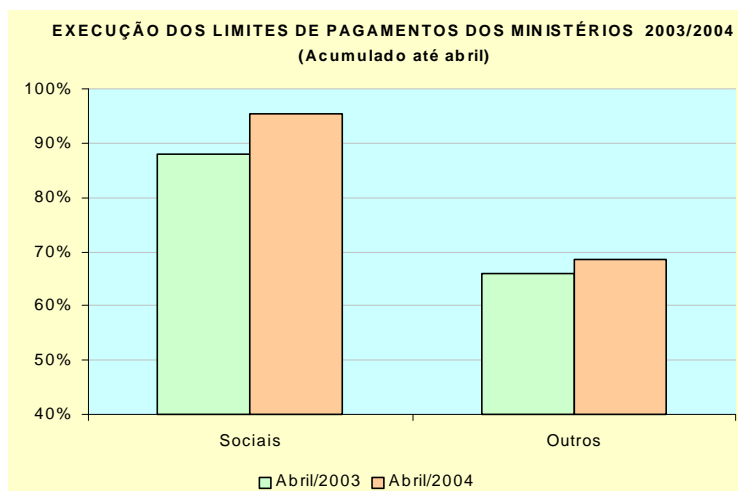
Em termos nominais, as despesas com a rubrica “pessoal e encargos sociais” elevaram-se em R\$ 2,0 bilhões (8,0%), em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, da incorporação do aumento linear de 1,0% concedido ao funcionalismo público federal, bem como da vantagem pecuniária individual de R\$ 59,87, estes dois últimos com efeito financeiro a partir de julho de 2003.



Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de R\$ 5,7 bilhões, explicado, principalmente, pelo aumento das despesas discricionárias (R\$ 3,6 bilhões), gastos com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 488,6 milhões), pela inclusão, em 2004, da despesa com a Renda Mensal Vitalícia (RMV) e pelo incremento dos gastos com abono e seguro desemprego – FAT (R\$ 493,6 milhões).

O percentual de execução do limite de pagamento dos dispêndios realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) aumentou para 95,5% frente aos 88,0% verificados no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 68,6% ante 66,0% verificado no ano anterior.

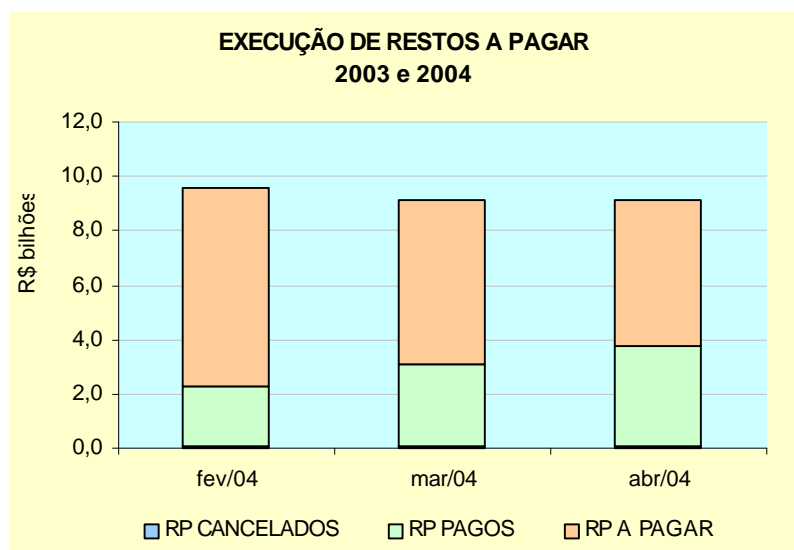
O percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais aumentou em 7,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 95,5% dos limites de pagamento.



Significativa parte da despesa discricionária nos primeiros meses do ano correspondeu à aceleração do pagamento de restos a pagar (RAP). O percentual de execução dos restos a pagar (RAP pagos/RAP a pagar) em 2004 foi de 67,0%, contra 50,0% no mesmo período do ano anterior. Com relação à execução no acumulado do ano, os restos a pagar pagos perfizeram o montante de R\$ 3,6 bilhões, enquanto no mesmo período do ano anterior, tal montante foi inferior em R\$ 1,0 bilhão (R\$ 2,6 bilhões).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	5,29%	5,23%
Custeio e Capital	3,98%	4,76%
Despesas do FAT	0,42%	0,49%
Subsídios e Subvenções	0,10%	0,19%
LOAS/RMV (1)	0,27%	0,46%
Outras	3,18%	3,62%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

(1) RMV apenas em 2004



Do total de restos a pagar (RAP) pagos em 2004, 33,9% corresponderam a gastos com investimentos. Destacam-se, em particular, aqueles realizados pelos Ministérios da Saúde e dos Transportes.

O pagamento dos restos a pagar, conquanto não tenha impacto direto na execução aparente do Orçamento de 2004, contribui de maneira consistente para a maior eficácia da ação governamental. Dentro do valor de restos a pagar pagos até abril, R\$ 1,2 bilhão (33,9%) corresponde a investimentos, donde se destacam aqueles pagos pelos Ministérios da Saúde e dos Transportes (45,2% do total).

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 2,5 bilhões no acumulado do ano de 2004, 24,9% (0,06 ponto percentual do PIB) superior ao observado no mesmo período do ano anterior. O incremento pode ser explicado, dentre outros, pelo aumento do salário-mínimo ocorrido em abril, com reflexo nessas despesas a partir daquele mês.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	199,9	667,8
Custeio Agropecuário	111,3	30,4
Investimento Rural	104,1	175,4
Preços Agrícolas	-239,1	170,3
- EGF	3,0	3,0
- AGF	-249,4	157,4
- Sustentação de preços	7,2	9,9
Pronaf	158,8	291,7
Pesa	64,7	0,0
Cacau	0,2	0,0
Outros	25,9	47,9
Securitização	0,0	0,0
Habitação (PSH)	115,4	117,5
Exportação (Proex)	-89,5	-59,3
Fundo da Terra	0,0	-10,3
Total	225,8	715,7

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas atingiram o montante de R\$ 975,6 milhões no acumulado de 2004, contra R\$ 486,9 milhões no mesmo período do ano anterior, aumento em parte explicado pelo aprimoramento da contabilização desses dispêndios. Os incrementos mais significativos foram do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 357,1 milhões), as

subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 131,5 milhões) e o Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 116,3 milhões).

No âmbito do AGF, cabe destacar que, no primeiro quadrimestre de 2003, foram realizadas vendas líquidas de algodão, arroz e milho, dentre outros, para fins de regulação de estoques de produtos agrícolas no mercado, que, no âmbito da metodologia de empréstimos menos retornos das operações (explicada em detalhes na publicação do mês de janeiro), se refletiu como receita líquida do AGF (R\$ 249,4 milhões), a qual não se repetiu no primeiro quadrimestre deste ano, período em que a despesa líquida foi de R\$ 62,7 milhões.

No que se refere ao Proex, houve um aumento das despesas decorrentes do programa de equalização, em função da maior demanda por parte dos participantes e uma queda do montante relativo aos gastos líquidos com o programa de financiamento.

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,95%	5,34%
Benefícios	6,21%	6,99%
Resultado Primário	-1,27%	-1,65%

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 1,9 bilhão, 30,6% superior ao verificado em março, ainda que significativamente inferior aos valores de janeiro e fevereiro. No mês em análise, o comportamento do resultado da Previdência é explicado pela mudança do provisionamento à rede bancária ocorrida em março, paralelamente à mudança no cronograma de pagamento de benefícios do INSS, reduzindo o déficit naquele mês. Em relação a 2003, verificam-se os primeiros efeitos da recuperação da renda real e do emprego, traduzidos em aumento da arrecadação, que não impediu, no entanto, a significativa ampliação do déficit do RGPS. A tabela a seguir apresenta em detalhes a evolução das contas da Previdência.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAR		ABR	
	2004	2004	2003	2004
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	7.138,2	7.198,2	23.135,2	27.299,2
Arrecadação Bruta	7.724,3	7.776,1	25.219,9	29.926,8
- Contribuição Previdenciária	7.300,8	7.321,5	23.609,9	27.971,4
- Simples	280,3	318,5	998,0	1.262,9
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,2
- CFT	32,2	49,1	86,3	283,6
- Depósitos Judiciais	69,7	40,7	383,2	260,0
- Refis	26,4	32,2	121,3	105,2
- Outras Receitas	14,8	14,1	21,2	43,4
(-) Restituição/Devolução	-19,7	-34,0	-81,4	-108,7
(-) Transferências a Terceiros	-566,3	-543,8	-2.003,2	-2.518,9
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	8.628,4	9.144,6	29.052,9	35.719,9
Benefícios Previdenciários	8.628,4	9.144,6	28.524,3	35.719,9
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	528,6	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-1.490,2	-1.946,3	-5.917,7	-8.420,6
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,27%	-1,65%

*Em abril, o déficit da
Previdência Social foi de
R\$ 1,9 bilhão.*

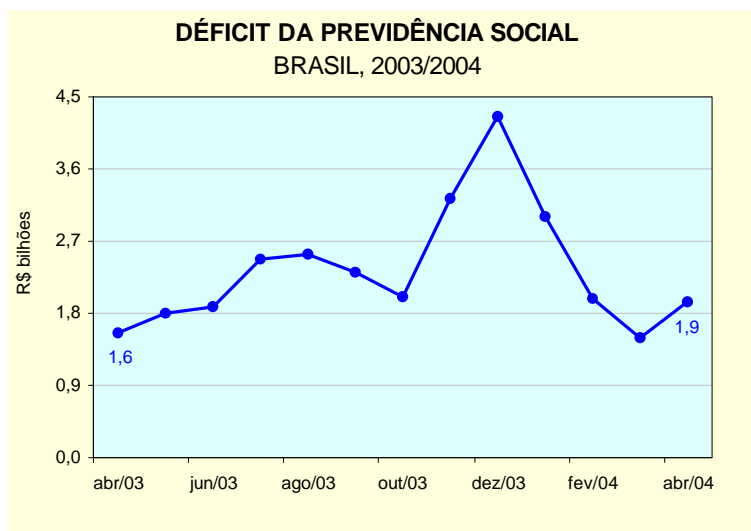
Em abril, a arrecadação líquida permaneceu no mesmo patamar do mês anterior, atingindo o montante de R\$ 7,2 bilhões. As despesas com benefícios, comparativamente a março, apresentaram incremento de 6,0%, explicada pela mudança do provisionamento à rede bancária ocorrida naquele mês.

No primeiro quadrimestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 27,3 bilhões contra R\$ 23,1 bilhões em 2003. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2004 corresponde a 5,34 pontos percentuais, apresentando acréscimo de 0,4 ponto percentual quando comparado com igual período do ano anterior.

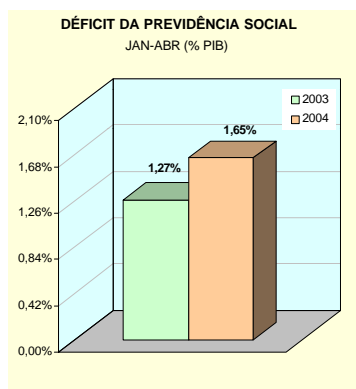
As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 35,7 bilhões até abril deste ano, superando em R\$ 6,7 bilhões o montante observado no mesmo período de 2003. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,8 ponto percentual. A elevação dos gastos com benefícios decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) aumento de 18,2% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2003 (com impacto no caixa a partir de maio) e o reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2003 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) acréscimo da ordem de 861,2 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2004, equivalente a cerca de 4,1% no estoque.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-ABR			
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,2	22,0	4,1%
Valor médio**	352,5	416,7	18,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1.00



A média mensal do estoque de benefícios no primeiro quadrimestre de 2004, comparativamente ao mesmo período de 2003, apresentou os seguintes incrementos: i) 397,4 mil (3,4%) nas aposentadorias; ii) 265,1 mil (31,1%) nos auxílios-doença, sendo 484,1 mil (76,4%) em relação a 2002, apontando para o



segundo ano de crescimento do benefício nessa mesma magnitude; iii) 147,7 (2,8%) nas pensões por morte; iv) 122,1 mil (5,4%) nos benefícios assistenciais; e v) 19,7 mil (2,7%) nos benefícios acidentários. Por outro lado, houve queda no número de benefícios identificados de salário maternidade (94,3 mil benefícios a menos), explicada pela mudança na legislação previdenciária introduzida pela Lei nº 10.710, que restabeleceu, a partir de setembro de 2003, o pagamento do salário-maternidade pela empresa e não mais pela Previdência Social, salvo no caso da trabalhadora avulsa.

No primeiro quadrimestre de 2004, o déficit acumulado do RGPS totalizou R\$ 8,4 bilhões, equivalentes a 1,65% do PIB. Tal resultado é superior ao observado em igual período em 2003, quando atingiu R\$ 5,9 bilhões, ou 1,27% do PIB.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 400,9 bilhões, o que corresponde a 25,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	85.444	182.178	186.316
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	602.800	734.065	744.454
Dívida Contratual da STN	-397.633	-415.693	-420.580
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-119.723	-136.195	-137.558
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	212.159	224.626	214.625
Dívida Mobiliária em Poder do Público	161.393	176.587	166.315
Títulos Depositados em Garantia	-5.407	-3.912	-3.673
Dívida Contratual	57.221	52.298	52.362
Disponibilidades	-1.047	-347	-380
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	297.603	406.804	400.940
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,1%	26,3%	25,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 400,9 bilhões.

Em relação a março, houve queda de R\$ 5,9 bilhões no valor da dívida líquida, equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB. Tal comportamento é explicado, sobretudo, pela redução do estoque da dívida mobiliária externa no montante de R\$ 10,3 bilhões, em decorrência do vencimento do *Global 2004* e de amortização do *BEA-Bradies*.

A dívida interna líquida passou de R\$ 182,2 bilhões em março para R\$ 186,3 bilhões em abril, o que, em proporção do PIB, representou aumento de 0,2 ponto percentual. Isso decorreu da elevação do estoque da dívida mobiliária em poder do público, em R\$ 10,4 bilhões, resultante da emissão líquida no mês e, principalmente, da apropriação de juros nominais no período. Por sua vez, os haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações aumentaram R\$ 6,3 bilhões, explicado pelos seguintes fatores: i) variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (1,15%), IGP-M (1,21%) e TR (0,09%); ii) depreciação cambial, da ordem de 1,2%; e iii) inclusão de créditos cedidos pelo BNDES à União, no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Dívida Interna Líquida

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 ABR	2004 MAR	2004 ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	85.444	182.178	186.316
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	602.800	734.065	744.454
LFT	413.909	440.259	442.531
LTN	12.201	116.192	120.271
NTN-C	53.178	64.322	66.682
NTN-D	36.875	23.587	23.849
Demais	62.890	68.595	69.892
Dívida Securitizada	21.753	19.024	19.163
TDA	1.993	2.086	2.066
DÍVIDA CONTRATUAL	-517.356	-551.888	-558.139
<i>Tesouro Nacional</i>	-397.633	-415.693	-420.580
Dívida Bancária	25.405	25.542	25.511
Lei nº 7.976/89	-10.897	-9.605	-9.422
Lei nº 8.727/93	-47.215	-47.684	-47.700
Lei nº 9.496/97	-205.358	-218.539	-220.619
Renegociação Dívida Municipais	-29.402	-31.882	-32.251
Demais Haveres da STN	-130.167	-133.523	-136.099
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-119.723	-136.195	-137.558
FAT	-83.511	-94.308	-95.323
Demais Entidades	-36.212	-41.887	-42.235
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,8%	47,5%	47,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-36,8%	-35,7%	-35,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-28,3%	-26,9%	-27,0%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	6,1%	11,8%	12,0%

Em abril, o estoque de LTN era 9,9 vezes maior que em 12 meses antes, enquanto que o estoque de NTN-D havia caído 35,3%, representando hoje apenas um quinto do estoque das LTN.

Emissões e Resgates

Em abril, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público, no montante de R\$ 297,6 milhões. As emissões corresponderam a R\$ 24,3 bilhões, e os resgates a R\$ 24,0 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 22,8 bilhões, sendo: i) R\$ 18,1 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2004, janeiro, abril e julho de 2005, e janeiro de 2006; ii) R\$ 2,2 bilhões em NTN-C com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008, março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iii) R\$ 1,6 bilhão em LFT, com vencimentos em março de 2007 e março de 2009; iv) R\$ 932,9 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009, maio de 2015 e agosto de 2024; e v) R\$ 88,4 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 1,5 bilhão, em abril. Desse montante destacam-se: i) R\$ 1,2 bilhão em LFT para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pela compra de créditos junto ao BNDESPAR; ii) R\$ 164,6 milhões de NTN-C para o Banco BNP Paribas Brasil S.A. (permuta de títulos para redução de séries); iii) R\$ 69,4 milhões em

Em abril, o Tesouro emitiu R\$ 24,3 bilhões de títulos, sendo que 93,9% desse montante correspondeu a emissões por meio de oferta pública.

CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES; e iv) R\$ 5,8 milhões em NTN-I para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, ABR/2004

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	22.833	1.488	24.321
LFT	1.580	1.204	2.783
LTN	18.062	0	18.062
NTN-B	933	0	933
NTN-C	2.170	165	2.335
NTN-F	88	0	88
TDA	0	42	42
Securitizada**	0	1	1
Demais	0	77	77
II. RESGATES***	23.035	989	24.024
LFT	5.831	0	5.831
LTN	15.420	0	15.420
NTN-B	28	0	28
NTN-C	1.539	0	1.539
NTN-D	216	0	216
TDA	0	57	57
Securitizada**	0	50	50
Demais	0	881	881
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-201	499	298

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 2 – Tesouro Direto

As vendas de títulos públicos via Internet totalizaram aproximadamente R\$ 27,7 milhões em abril, superando as vendas do mês anterior, que alcançaram R\$ 22,2 milhões. O volume financeiro vendido no 1º quadrimestre de 2004 atingiu R\$ 108,9 milhões, um aumento de 63,27% em relação ao mesmo período de 2003.

As Letras do Tesouro Nacional - LTN foram os títulos mais adquiridos em abril, representando 38,17% do total, seguidos das Notas do Tesouro Nacional, série C – NTN-C, que alcançaram 37,48% do volume vendido. Os títulos com menor participação nas vendas foram as Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com 7,47% das vendas do mês.

Dos resgates no mês em análise, R\$ 22,5 bilhões corresponderam a pagamento de principal e juros e R\$ 1,5 bilhão a cancelamentos, sendo mais relevantes: i) R\$ 164,6 milhões em NTN-C trocadas por NTN-C como permuta de títulos para redução de séries; ii) R\$ 445,3 milhões em NTN-C e R\$ 436,8 milhões em LFT, ambas aceitas nos leilões de NTN-C; e iii) R\$ 467,7 milhões em LFT-B, R\$ 294,0 milhões em LFT e R\$ 155,7 milhões em NTN-C, todas aceitas no leilão de NTN-B.

Boxe 3 – Títulos Prefixados

A manutenção da elevada demanda do mercado por LTN refletiu diretamente no volume emitido em abril, atingindo R\$ 18,0 bilhões, contra R\$ 17,0 bilhões do mês anterior. Do montante emitido de prefixados, 99,5% corresponderam à LTN com vencimento em abril de 2005 (88,8%) e janeiro de 2006 (10,8%). Os outros 0,5% são referentes as NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

No que tange ao prazo médio de emissão desses títulos, as NTN-F apresentou uma pequena queda em abril (12,92 meses), quando comparado ao mês anterior, (13,79 meses). O motivo desta queda pode ser explicado pela redução na participação de LTN com vencimento em janeiro de 2006, cerca de 10,9 pontos percentuais menor que no mês anterior.

O Tesouro Nacional realizou, em abril, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 297,6 milhões.

Composição

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2003/2004

INDEXADOR	2003			2004		
	ABR	MAR	ABR	ABR	MAR	ABR
Selic	72,35	61,95	61,40			
Câmbio	9,17	5,71	5,66			
Prefixados	2,05	16,11	16,44			
Índices de Preços	14,40	14,46	14,75			
TR	2,03	1,76	1,73			
Outros	0,01	0,00	0,00			

* Não inclui dívida agrícola.

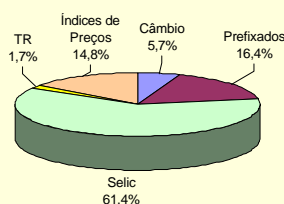
Custo Médio

Com relação à composição da DPMFi, as principais alterações foram as seguintes: i) crescimento da participação de títulos prefixados em 0,34 ponto percentual, devido a emissão líquida de LTN no valor de R\$ 2,7 bilhões; ii) redução na participação dos títulos remunerados pela taxa Selic em 0,55 ponto percentual decorrente do resgate líquido de R\$ 3,0 bilhões em LFT e; iii) aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços em 0,29 ponto percentual em função das emissões líquidas de NTN-B e NTN-C (R\$ 905,0 milhões e R\$ 795,3 milhões, respectivamente).

O custo médio da DPMFi em poder do público cresceu de 16,64% a.a. em março para 18,16% a.a. em abril. Este comportamento ocorreu devido à depreciação do câmbio (1,24% em abril contra -0,18% em março), e à maior variação do IGP-M em relação ao mês anterior (1,21% em abril contra 1,13% em março) que aumentou o custo da NTN-C em 3,57 ponto percentual.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também aumentou, passando de 17,36% a.a. em março, para 17,61% a.a. em abril.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, ABR/2004



Boxe 4 - Títulos indexados a Índices de Preços

De acordo com as diretrizes de administração da dívida pública, o Tesouro Nacional realizou, no mês de abril, leilões de títulos públicos remunerados a índices de preços (Notas do Tesouro Nacional - série B – NTN-B, remuneradas pelo IPCA e série C – NTN-C, remuneradas pelo IGP-M), visando fortalecer o mercado destes títulos.

Em relação às NTN-B, o leilão ocorreu nos dias 13 e 14 de abril de 2004, com liquidação financeira em 15 de abril. Os títulos com vencimento em 2006 foram vendidos à taxa de 8,4% a.a., ao passo que aqueles com o vencimento em 2009 saíram com taxa de 8,47% a.a. Os demais títulos, com vencimentos em 2015 e 2024 foram vendidos às taxas de 8,58% a.a. e 8,60% a.a., respectivamente.

O montante vendido foi 318% superior ao valor vendido no mês anterior atingindo R\$ 931,1 milhões, tendo sido recebidos R\$ 490,8 milhões em dinheiro e R\$ 440,3 milhões em troca por outros títulos.

O leilão de Notas do Tesouro Nacional – série C (NTN-C), títulos remunerados pelo IGP-M, com recebimento em moeda e títulos, foi realizado nos dias 29 e 30 do mês, com liquidação no dia 3 de maio. Nesse leilão, o Tesouro ofertou um montante de R\$ 2,3 bilhões, sendo 36,8%, referentes à venda em dinheiro e 63,2% corresponderam à 2ª etapa do leilão, onde foram recebidos, como pagamento, títulos do Tesouro Nacional. As taxas de venda foram de 7,95% a.a. para vencimento em 2008, 8,20% a.a. para 2017 e 8,27% a.a. para 2021 e 2031.

Em relação ao custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses, verificou-se incremento deste indicador em relação ao mês anterior, passando de 17,6% a.a. para 19,2% a.a. em abril. Esta elevação resultou, principalmente, do fato de a variação do IGP-M de abril de 2004 ter sido superior à de abril de 2003 (1,21% contra 0,92%). Cabe destacar que essa medida reflete melhor o

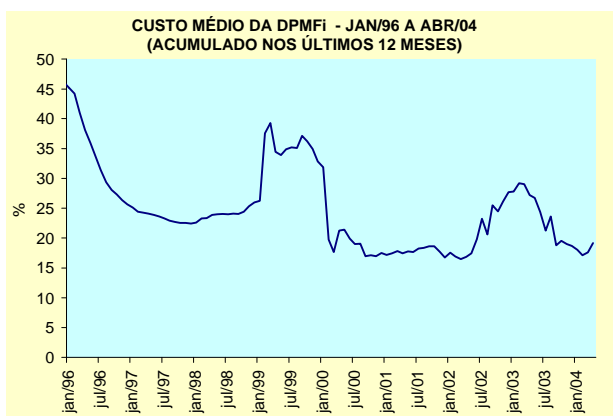
TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004

PERÍODO	(% anual)			
	TOTAL (1)	TOTAL (2)		
2000	17,45	17,64		
2001	17,00	16,79		
2002	21,00	27,62		
2003	Abr	25,53	1,46	
	Mai	22,56	24,84	
	Jun	21,38	16,16	
	Jul	21,56	24,09	
	Ago	21,88	20,85	
	Set	21,17	18,55	
	Out	18,69	15,74	
	Nov	18,57	21,32	
	Dez	17,33	14,80	
	2003	22,91	18,41	
	2004	Jan	17,67	18,78
		Fev	17,66	16,20
Mar		17,36	16,64	
Abr		17,61	18,61	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, considerando que o custo médio mensal sofre significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos. A influência do IGP-M, por seu lado, reflete a participação das NTN-C de anos passados, antes do início da emissão de NTN-B, indexadas ao IPCA a partir de 2003.



Em abril, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou ligeira redução de 0,35 meses (30,22 meses em abril contra 30,57 meses em março), decorrente da emissão de LFT com prazo de vencimento mais curto. Tal comportamento foi minimizado pela emissão de LTN com prazo de 14,30 meses, superior ao prazo médio de estoque desses títulos em março (7,27 meses). O mesmo ocorreu com as NTN-C, que foram emitidas com prazo de 160 meses em abril, enquanto no mês anterior seu prazo médio foi de 69,19 meses.

Prazo Médio

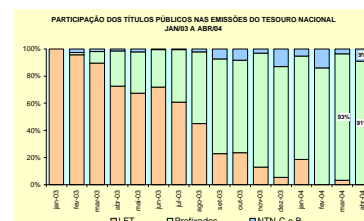
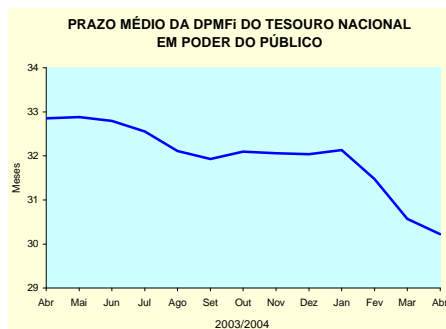


TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

PERÍODO		TOTAL	OF. PUB. (1)
		Meses	
2003	Abr	32,85	22,44
	Mai	32,88	23,01
	Jun	32,79	23,50
	Jul	32,56	23,66
	Ago	32,11	23,54
	Set	31,93	23,51
	Out	32,10	24,14
	Nov	32,06	24,15
2004	Dez	32,04	24,50
	Jan	32,13	24,79
	Fev	31,47	24,17
	Mar	30,57	23,37
Abr	30,22	22,69	

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

TÍTULOS	2003		2004
	ABR	MAR	ABR
LTN	7,43	7,27	8,15
LFT	19,99	21,07	20,16
NTN-C	67,25	69,19	69,96
NTN-D	16,38	13,32	12,45
TDA	52,84	60,75	60,88
Dívida Securitizada*	58,11	60,77	59,74
Demais	117,46	104,11	103,93
TOTAL	32,85	30,57	30,22

(*) Inclui dívida agrícola.

O estoque da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional, em moeda nacional, decresceu em 4,5% no mês de abril. O principal fator que determinou essa redução foi a queda do estoque de dívida em moeda estrangeira (5,82%),

Dívida Externa Líquida

com o vencimento do *Global 2004* e amortização do *BEA-Bradies*, não obstante a depreciação cambial ocorrida no período.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril inferior em R\$ 10,0 bilhões, explicado, principalmente, pelo vencimento do Global 2004.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	161.393,2	176.587,1	166.315,0
Bônus de Renegociação	52.310,6	47.591,6	45.444,3
Bônus de Captação	109.082,6	128.995,5	120.870,7
II. DÍVIDA CONTRATUAL	57.220,7	52.298,2	52.362,3
Organismos Multilaterais	31.026,2	28.743,8	28.950,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.792,4	9.314,9	9.405,4
Clube de Paris	16.402,1	14.239,6	14.006,7
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	218.613,9	228.885,3	218.677,3
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.407,5	-3.912,3	-3.673,0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.047,3	-346,7	-379,7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	212.159,1	224.626,3	214.624,6
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	15,1%	14,5%	13,8%

O serviço da Dívida Pública Federal externa (DPFe) em abril totalizou R\$ 15,3 bilhões, dos quais R\$ 3,6 bilhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 11,7 bilhões ao pagamento de principal, relativos principalmente aos dois títulos mencionados acima.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 15,3 bilhões em abril, quando houve significativa amortização relativa ao Global 2004, emitido em 1999.

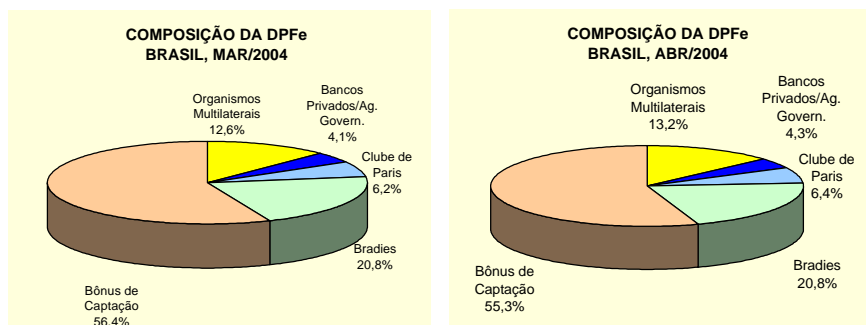
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, ABR/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	11.651,6	3.599,5	15.251,1
I.1. Organismos Multilaterais	254,0	72,8	326,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	56,3	202,6	258,9
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	11.341,2	3.324,2	14.665,4
EURO 2009	0,0	206,0	206,0
GLOBAL 2008	0,0	169,5	169,5
SAMURAI 2007	0,0	51,8	51,8
GLOBAL 2004	8.656,5	503,2	9.159,7
GLOBAL 2009	0,0	418,4	418,4
GLOBAL 2024	0,0	275,3	275,3
GLOBAL 2024B	0,0	105,6	105,6
BEA-BRADIES	2.684,7	1.126,9	3.811,7
GLOBAL 2010	0,0	173,1	173,1
GLOBAL 2010B	0,0	200,2	200,2
DM 2008 (EUROMARCO)	0,0	94,1	94,1
BÔNUS (taxa de rating)	0,0	0,1	0,1
ROTHSCHILD (DL6019)	0,0	0,0	0,0

No que diz respeito à composição do estoque da Dívida Externa, observou-se, por causa do elevado resgate do *Global 2004*, aumento da participação dos organismos multilaterais, Clube de Paris e bancos privados (0,68%, 0,23% e 0,18% respectivamente) e queda na participação nos bônus de captação (1,08%) no total da DPFe, em abril.

Composição



A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da DPFe foi de 55,3% em abril.

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou aumento, ao passar de 5,74 anos em março, para 6,16 anos em abril. Esta variação decorreu do vencimento do *Global 2004* que compensou o efeito da aproximação das datas de vencimentos dos demais *bradies*.

Prazo e Custo Médios

O custo médio em dólares, no mês de abril sofreu pequeno decréscimo em relação ao mês anterior. Este indicador passou de 8,94% a.a., em março, para 8,88% a.a., em abril, em função principalmente do vencimento do *Global 2004*, o qual pagava juros de 11,6% a.a..

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	ABR	MAR	ABR
PRAZO MÉDIO (ANOS)	5,97	5,74	6,16
Bônus de Renegociação	6,04	5,42	5,79
Bônus de Captação	5,94	5,74	6,16
Globais	7,12	6,48	7,09
Euros	3,49	3,29	3,24
Demais	2,46	2,71	2,71
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,63	8,94	8,88
Bônus de Renegociação	4,98	4,86	4,92
Bônus de Captação	10,38	10,44	10,37
Globais	11,16	10,79	10,71
Euros	10,28	10,28	10,28
Demais	5,05	6,02	6,04

* Custo Médio em dólares.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,88% a.a. e prazo médio de 6,16 anos, em abril.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
I. RECEITA TOTAL	32.180,9	29.657,2	25.220,9	29.706,3	28.331,9	28.203,6	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.766,5	31.615,1	33.132,1	35.054,9
I.1. Receitas do Tesouro	26.256,5	23.532,4	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,9	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.842,6	24.412,7	25.889,4	27.765,5
I.1.1 Receita Bruta	26.683,9	23.910,4	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.412,2	24.742,2	26.641,8	28.448,5
- Impostos	11.857,2	10.852,2	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1	10.236,2	11.218,7	12.531,7
- Contribuições	10.890,9	10.809,5	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.803,7	11.626,3	12.212,1	12.528,1
- Demais	3.935,9	2.248,8	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	2.914,4	2.879,7	3.211,0	3.388,8
I.1.2. (-) Restituições	-427,4	-378,0	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6	-329,5	-752,4	-683,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.850,2	6.046,7	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0	7.112,8	7.138,2	7.198,2
I.3. Receitas do Banco Central	74,2	78,1	99,1	110,8	82,8	40,2	85,2	76,6	125,3	73,9	89,6	104,5	91,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.502,3	6.735,9	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3	6.220,1	4.930,8	5.430,1
II.1. Transferências Constitucionais	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.762,0
II.1.1. IR, IPI e outros	3.628,6	4.986,0	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.357,9
II.1.2. CIDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	404,2
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3
II.3. Demais	607,7	1.483,9	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0	1.215,9	586,2	765,2	1.093,5	708,6	384,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	27.678,6	22.921,4	20.993,6	25.692,5	23.263,3	23.897,4	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.284,2	25.395,0	28.201,4	29.624,8
IV. DESPESA TOTAL	18.006,9	19.196,7	20.233,3	22.884,6	20.566,7	20.133,3	23.089,8	22.206,3	38.167,9	22.171,9	21.093,6	21.982,2	22.105,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.644,7	5.900,9	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1	6.417,0	6.625,1	6.076,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.404,8	7.856,8	8.063,0	8.877,1	9.069,7	8.906,1	8.966,1	9.790,2	16.552,8	8.856,8	9.090,1	8.628,4	9.144,6
IV.3. Custeio e Capital	4.823,1	5.292,1	5.563,1	6.095,3	5.524,1	5.195,3	8.050,4	5.773,0	12.359,3	5.594,2	5.413,4	6.578,4	6.740,0
IV.3.1. Despesa do FAT	592,0	841,0	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0	719,0	604,3	616,3	660,0	598,0
- Abono e Seguro Desemprego	549,6	824,0	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6	649,5	601,3	593,1	620,3	569,6
- Demais Despesas do FAT	42,4	17,0	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9	59,4	3,0	23,2	39,6	28,4	
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	114,2	123,0	352,3	400,2	234,9	313,5	1.329,6	206,7	2.598,2	211,3	286,4	403,8	74,0
- Operações Oficiais de Crédito	3,2	69,7	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	118,0	185,8	298,6	-16,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	111,1	53,4	73,2	49,6	89,5	99,1	82,9	120,0	113,1	93,4	100,6	105,2	90,4
IV.3.3. LOAS/RMV (2)	337,5	393,0	397,9	400,7	400,7	405,7	408,5	409,2	389,6	493,5	601,1	531,0	734,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.779,4	3.935,0	4.392,8	4.306,8	3.652,7	4.028,3	4.895,7	4.671,0	8.652,5	4.285,1	3.909,6	4.983,6	5.333,5
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	39,4	43,1	63,4	65,7	49,6	7,4	46,2	36,4	56,9	37,1	48,0	49,6	48,1
IV.5. Despesas do Banco Central	94,9	103,9	96,6	140,3	102,2	98,4	98,6	103,3	100,9	77,7	125,2	100,6	96,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	9.671,7	3.724,6	760,4	2.807,9	2.696,5	3.764,1	4.327,5	2.362,1	-5.958,1	7.112,3	4.301,4	6.219,2	7.518,9
V.1. Tesouro Nacional	11.247,0	5.560,5	2.649,4	5.307,4	5.251,2	6.125,0	6.341,5	5.610,5	-1.727,3	10.122,9	6.314,3	7.705,5	9.470,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-1.554,6	-1.810,1	-1.891,5	-2.469,9	-2.535,2	-2.302,7	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.006,8	-1.977,3	-1.490,2	-1.946,3
V.3. Banco Central (4)	-20,7	-25,8	2,5	-29,5	-19,4	-58,2	-13,4	-26,7	24,4	-3,8	-35,6	3,9	-5,2
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	638,2	-363,2	143,1	518,2	-95,8	317,4	382,8	-179,3	-1.552,6	66,2	536,9	-257,1	nd
VII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (5)	10.309,9	3.361,5	903,5	3.326,2	2.600,7	4.081,5	4.710,3	2.182,8	-7.510,7	7.178,5	4.838,3	5.962,1	nd
VIII. JUROS NOMINAIS (5)	12.359,5	-12.542,4	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	-7.186,1	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	-9.089,8	-5.687,3	-5.759,0	nd
IX. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (5)	22.669,4	-9.181,0	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	-3.104,6	1.157,4	-7.663,2	-11.530,4	-1.911,3	-848,9	203,1	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	130,5	155,8	155,0	153,3	152,2	151,1	149,8	66,6	146,8	145,5	144,4	142,0	142,0

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	28.920,7	34.035,1	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.236,3	33.289,1	34.340,0	35.426,8
I.1 - Recolhimento Bruto	20.968,2	26.123,3	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.445,9	1.066,7	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3	906,1	1.039,7	1.315,1	1.908,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	128,9	184,0	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7	80,9	111,6	141,6	193,9	237,5	242,9
I.5 - Receita do Salário Educação	146,5	150,5	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8	181,7	162,8	315,5	147,5	184,5	176,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.227,9	6.508,1	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,2	2,6	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6	25,9	40,4	12,7	2,2	2,3	2,9
II. DESPESAS	28.883,8	27.882,6	38.143,5	20.373,7	29.531,8	33.259,3	30.658,8	29.289,6	49.745,8	33.043,7	27.470,9	33.884,6	28.658,3
II.1 - Liberações Vinculadas	5.560,6	7.792,0	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.864,8	5.317,3	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	386,6	1.106,5	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4	889,0	309,8	316,2	865,8	308,5	695,3
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.043,2	1.102,2	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9
II.2 - Liberações Ordinárias	23.323,3	20.090,6	32.648,8	15.573,3	23.221,5	28.074,5	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.895,5	19.923,9	28.001,3	21.895,2
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.711,0	6.275,8	7.606,6	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.577,8	6.718,5	6.317,2	6.192,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.490,5	669,0	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4	212,3	269,1	146,3
i) Dívida Contratual Interna	118,3	105,9	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3	109,7	397,5	109,6	121,2	115,8	129,1
ii) Dívida Contratual Externa	3.372,3	563,1	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8	91,1	153,3	17,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.566,5	563,9	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	7.505,0	7.901,8	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.916,2	4.446,9	3.857,0	5.314,3	4.050,5	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8	3.829,1	4.977,7	5.606,2	6.607,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	134,0	233,2	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5	453,2	1.159,0	228,1	302,2	206,8	148,4
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	36,9	6.152,6	-10.091,8	7.759,5	218,2	-3.645,6	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-4.807,4	5.818,2	455,4	6.768,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	41.545,8	43.972,6	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7	36.612,6	10.810,9	20.221,5	26.841,4	10.678,7	19.213,5	23.712,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	38.833,8	43.074,9	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	2.712,1	897,7	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8	621,6	1.016,4	831,5	2.108,1
V. DESPESAS	6.440,9	34.566,7	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	3.208,5	32.923,1	28.656,5	25.926,7	19.170,1	25.929,8	10.910,8	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	3.106,0	32.828,2	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5
V.1.2 - Dívida Contratual	102,5	94,8	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0	98,5	1.292,0	100,0	106,3	108,1	135,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.232,4	1.643,7	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5	377,9	900,2
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	35.727,8	10.246,7	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	33.287,9	14.961,8	-7.005,4	14.450,4	44,3	-11.866,6	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-10.544,2	19.873,4	-23.219,4	38.637,1

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	7.327,1	6.663,2	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7
I.1. Emissão de Títulos	9.006,7	5.120,5	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	-1.561,6	1.462,0	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	-118,0	80,6	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0	163,2	31,6	36,6	198,6	123,7	189,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	9.181,0	7.259,8	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0
II.1. Resgate de Títulos	8.941,7	6.467,0	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0
II.2. Encargos da DPMF	239,3	792,8	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0
III. RESULTADO (I - II)	-1.853,9	-596,6	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	28,7	27,1	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0	66,1	35,3	13,5	10,3	6,6	11,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3	13,4	0,0	0,0	173,5	1,9	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-50,6	-4,6	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0	8,0	149,7	17,6	-4,5	157,1	-94,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,5	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1	1,1	2,1	0,6	0,3	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-52,2	-7,3	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5	-2,1	149,2	0,5	0,0	156,9	-94,7
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	2,0	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5	0,0	-0,6	15,0	-5,1	0,0	0,0
IV. PRONAF	30,2	40,6	60,2	65,0	68,9	13,3	332,6	-36,4	245,2	66,5	35,3	31,2	16,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	27,8	27,8	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5	30,7	122,8	23,9	21,2	20,0	21,2
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	2,4	12,7	28,8	30,9	-6,8	11,7	200,1	-67,1	122,4	42,5	14,1	11,2	-4,7
V. PROEX	-8,3	-7,6	152,6	159,5	-29,8	-15,6	194,9	32,1	458,6	-8,2	-75,6	70,0	-4,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,7	36,7	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1	44,8	316,4	10,3	0,0	49,2	8,6
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-16,1	-44,3	11,6	-19,2	-52,2	-22,3	42,8	-12,7	142,2	-18,5	-75,6	20,7	-13,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	3,2	14,3	11,0	10,2	0,0	0,0	0,0	0,2	4,2	31,4	51,0	35,2	54,7
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	421,9	3,2	1.503,3	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA (1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,8	-4,2	-3,3	0,0
XI. TOTAL	3,2	69,7	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	118,0	185,8	298,6	-16,4

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
I. DÍVIDA INTERNA	85.443,6	105.234,3	121.724,4	135.633,0	143.873,2	153.258,5	160.164,1	167.868,1	170.972,1	163.732,4	168.704,7	182.177,5	186.315,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	602.799,7	621.757,1	633.899,2	655.281,5	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4
Dívida Bancária	25.404,9	25.477,0	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7
INSS	-15.042,6	-15.104,2	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3
Lei 7.976/89	-10.896,5	-10.999,4	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4	-9.604,8	-9.422,2
Bônus Renegociação	-20.386,1	-21.008,6	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.748,6	-19.660,9	-18.850,3
Lei 8.727/93	-47.215,1	-47.384,6	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2
Lei 9.496/97	-205.358,4	-206.088,3	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-29.401,8	-29.640,4	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8
Recebíveis das Estatais	-30.512,4	-30.753,5	-30.935,3	-32.422,1	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9
Outros	-43.537,7	-43.182,8	-43.000,1	-43.460,3	-42.676,5	-43.027,9	-43.225,2	-43.766,4	-43.867,3	-44.205,8	-44.050,7	-44.338,0	-44.833,7
Fat	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0
Demais Entidades	-36.211,8	-36.422,5	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.102,4	-41.887,3	-42.235,2
Créditos das Operações Oficiais	-12.037,8	-12.242,6	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3
Arrecadação a Recolher	-8.649,9	-4.860,9	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.620,6
II. DÍVIDA EXTERNA	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1	224.626,3	214.624,6
Dívida Mobiliária	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0
Títulos Depositados em Garantias	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0
Dívida Contratual	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0	52.298,2	52.362,3
Disponibilidades	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	297.602,7	328.240,7	338.848,7	358.560,4	360.428,2	372.111,4	378.696,2	394.224,7	392.506,3	392.869,1	394.817,8	406.803,8	400.940,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	21,1%	23,1%	23,6%	24,7%	24,6%	25,1%	25,3%	26,2%	25,9%	25,7%	25,7%	26,3%	25,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	161.393,2	169.781,7	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	52.310,6	53.680,6	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3
Brazil Investment Bond (BIB)	939,7	964,3	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5	913,4	894,8	910,8	902,4	855,7	866,3
Par Bond (PB)	5.745,9	5.896,6	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5
Discount Bond (DB)	6.302,7	6.466,0	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.619,4	1.661,8	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	18.898,2	19.393,9	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2
Debt Conversion Bond (DCB)	10.915,2	11.201,6	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9
New Money Bond (NMB)	3.612,1	3.706,8	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3
Eligible Interest (EI)	4.277,3	4.389,5	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	109.082,6	116.101,1	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7
Bônus Marco Alemão 2007	1.653,7	1.788,9	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5
Bônus Global 2027	10.114,3	10.379,6	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5
Bônus EuroIira	1.252,8	1.355,2	1.274,0	1.292,7	1.252,0	1.288,2	1.293,0	1.420,8	1.414,0	1.420,8	1.411,8	1.387,7	1.367,8
Bônus Eurosterling 2007	693,5	728,5	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7	761,9	777,4	804,6	816,7	805,4	786,2
Bônus Marco Alemão 2008	1.240,3	1.341,7	1.261,3	1.279,8	1.239,5	1.275,4	1.280,1	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1
Bônus Global 2008	7.224,5	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8
Bônus Global 2004	8.669,4	8.896,8	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-
Bônus Euro 2004	1.584,9	1.714,4	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3
Bônus Global 2009	5.779,6	5.931,2	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.889,4
Bônus Euro 2006	2.225,3	2.407,2	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8	2.507,7	2.465,0	2.429,5
Bônus Global 2020	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7
Bônus Euro 2010	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5
Bônus Global 2030	4.623,7	4.745,0	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5
Bônus Samurai 2003	4.850,2	4.961,3	4.795,4	4.912,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.004,2	4.331,5	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7
Bônus Global 2007	4.334,7	7.414,0	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8
Bônus Global 2040	14.903,6	15.294,5	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7
Bônus Euro 2007	2.425,8	2.624,1	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5
Bônus Samurai 2006	1.455,1	1.488,4	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1
Bônus Global 2006	4.334,7	4.448,4	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1
Bônus Euro 2011	3.234,4	3.498,8	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3
Bônus Global 2024	6.213,1	6.376,0	6.174,8	6.375,8	8.824,5	8.696,2	8.496,3	8.773,6	8.594,5	8.748,3	8.667,7	8.652,2	8.759,6
Bônus Samurai 2007	1.940,1	1.984,5	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5
Bônus Global 2005	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7
Bônus Global 2012	3.612,3	3.707,0	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9
Euro Bond 2009	1.617,2	1.749,4	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.769,6	1.669,1	1.825,3	1.834,1	1.822,5	1.822,5	1.791,4	1.765,6
Bônus Global 2013	-	-	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9
Bônus Global 2011	-	-	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9
Bônus Global 2010	2.889,8	2.965,6	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8
Bônus Global 2034	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.407,5	-5.925,6	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	57.220,7	60.119,1	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0	52.298,2	52.362,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	212.159,1	223.006,4	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1	224.626,3	214.624,6
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	15,1%	15,7%	15,1%	15,4%	14,8%	14,8%	14,6%	15,1%	14,6%	15,0%	14,7%	14,5%	13,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	897.378,9	921.484,3	933.769,0	958.494,4	967.781,6	989.604,2	999.925,1	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5
I. Dívida em Mercado	602.799,7	621.757,1	633.899,2	655.281,5	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4
Dívida Securitizada	21.752,8	21.960,9	21.968,0	22.081,7	21.559,1	21.379,4	22.188,3	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1
TDA	1.993,1	2.110,1	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4
LTN	12.201,2	21.489,8	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3
LFT	413.909,0	421.656,9	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7
LFT-A	3.353,8	3.393,9	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5
LFT-B	12.410,1	12.178,8	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6
NTN-A	12.952,5	13.319,7	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3
NTN-B	9.979,0	10.838,9	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4
NTN-C	53.177,9	54.257,5	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5
NTN-D	36.875,1	36.331,0	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4
NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-	449,0	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4
NTN-I	1.315,5	1.348,2	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9
NTN-P	2.534,2	2.549,0	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3
CFT-A	13.660,7	13.532,5	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0
CFT-D	2.912,6	2.980,6	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5
Demais	3.772,1	3.809,4	3.816,4	3.860,2	3.843,9	3.851,0	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1
II. Dívida com BACEN	294.579,3	299.727,2	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1
LTN	51.231,1	57.278,6	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4
LFT	163.552,9	161.388,1	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5
NTN-D	72.922,5	74.264,8	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9
Demais	6.872,7	6.795,8	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2
Dívida em Mercado/PIB	42,8%	43,7%	44,1%	45,2%	45,3%	45,7%	46,1%	46,6%	46,4%	46,4%	46,5%	47,5%	47,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Abr/2003	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2004
I. INTERNA	-119.722,6	-120.734,4	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.919,8	-126.947,4	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.676,3	-136.195,3	-137.558,2
Dívida contratual	727,6	732,4	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1	709,5	487,3	495,5	490,8	487,3	489,7
FAT	-83.510,8	-84.311,9	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0
Aplicações financeiras	-4.309,7	-4.131,7	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0
Fundos Regionais	-21.511,8	-21.989,5	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.757,5	-26.163,4	-26.561,3
Demais	-11.117,9	-11.033,7	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6
II. EXTERNA	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7
Disponibilidades	-1.047,3	-968,8	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-120.769,9	-121.703,2	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.866,2	-127.864,1	-129.203,1	-131.575,6	-133.383,8	-134.046,8	-136.542,0	-137.937,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,4%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de abril de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram crescimento nominal de 10,1% (dez vírgula um por cento) quando comparados aos repasses efetuados em março de 2004.

Em abril de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.551 milhões, contra R\$ 3.224 milhões no mês de março, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

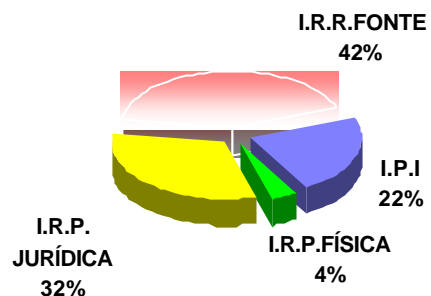
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2004, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2003, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **abril** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

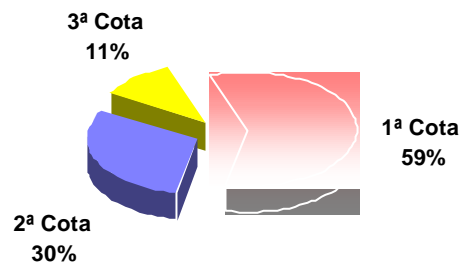
BASE DE CÁLCULO DO FPM
FPE FNO FNE FCO



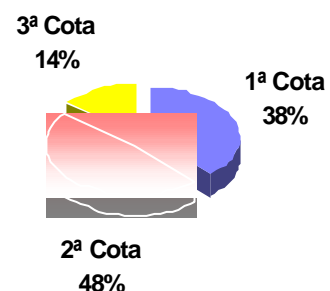
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/04 MAR/04	ABR/04 ABR/03	JANA ABR/04 JANA ABR/03
2003	1.771,3	1.860,3	7.813,4	-	-	-
2004	2.135,2	1.938,4	8.662,0	+10,1%	+20,5 %	+10,9 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	ABR	MAR	JAN A ABR	ABR/04 MAR/04	ABR/04 ABR/03	JANA ABR/04 JANA ABR/03
2003	1.692,6	1.777,7	7.466,2	-	-	-
2004	2.040,3	1.852,3	8.277,1	+10,1 %	+20,5 %	+10,9 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **abril** foram efetuados nas seguintes datas: **08/04, 20/04 e 30/04**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
ABR	+7,0 %	+10,1 %	+7,0 %	+10,1 %	+13,0 %	+23,1 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de março a 20 de abril, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			IPI+IR	FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)
3º Dec./Mar	693,0	4.868,1	5.561,1						
MAR/2004	1.786,3	9.108,5	10.894,8	ABR/2004	2.135,2	1.734,3	1.814,9	155,0	653,7
1º Dec./Abr.	869,6	1.998,8	2.868,4	3º Dec./Mar.	1.251,3	1.016,3	1.063,6	58,9	377,4
2º Dec./Abr.	260,8	799,5	1.060,3	1º Dec./Abr.	645,4	524,2	548,6	73,9	202,4
3º Dec./Abr.	655,9	6.310,1	6.966,0	2º Dec./Abr.	238,6	193,8	202,8	22,2	73,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	9.986,23	59.329,68	15,67	12.273,68
AL	42.969,59	72.147,74	364,28	21.021,42
AM	25.388,22	48.393,32	4.967,09	14.325,16
AP	6.872,49	59.173,60	1,25	11.828,17
BA	163.904,26	162.956,31	10.285,73	63.090,68
CE	94.491,67	127.242,31	1.835,24	40.145,63
DF	3.686,60	11.969,99	9,32	3.108,72
ES	32.380,23	26.014,18	7.199,47	13.387,30
GO	66.460,14	49.307,28	1.274,99	21.221,79
MA	72.893,14	125.183,72	1.463,44	48.157,73
MG	238.556,67	77.253,45	17.621,02	64.325,01
MS	27.014,98	23.100,59	959,50	9.537,97
MT	34.357,26	40.025,42	1.371,98	14.193,33
PA	65.955,64	105.999,13	5.855,11	39.638,03
PB	58.479,42	83.052,88	472,43	25.181,83
PE	91.579,28	119.668,71	969,44	35.969,22
PI	44.985,81	74.945,13	103,63	22.710,14
PR	122.560,67	50.002,73	17.091,13	37.753,52
RJ	53.702,04	26.494,58	15.990,12	19.466,76
RN	45.705,94	72.456,44	423,93	21.080,90
RO	16.394,06	48.830,36	183,01	11.648,48
RR	8.662,09	43.022,26	13,29	9.139,36
RS	122.454,59	40.838,80	22.256,73	36.982,10
SC	70.578,86	22.195,30	13.163,24	20.221,13
SE	26.291,86	72.064,49	90,96	17.479,51
SP	243.443,30	17.342,79	30.997,22	63.869,75
TO	27.642,51	75.267,70	6,89	18.195,29
TOTAL	1.817.397,54	1.734.278,90	154.986,12	715.952,59

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Mai/Abr	Jun/Mai	Jul/Jun
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+14,0 %	-33,0 %	+13,0 %
IPI-EXP	-4,4 %	+1,0 %	-5,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jul/2003	21/08/03	Dez/2003	04/02/04
Ago/2003	30/09/03	Jan a Dez/03	04/02/04
Set/2003	13/11/03	Jan/2004	18/02/04
Out/2003	31/12/03	Fev/2004	26/03/04
Nov/2003	03/02/04	Mar/2004	20/04/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2003, a Portaria STN 639, de 19 de dezembro de 2003, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2004.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (061) 412.3116/3023 Fax: (061) 412.1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em abril de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.176 milhões, contra R\$ 2.277 milhões em fevereiro de 2004. Mesmo com o crescimento dos valores referentes ao FPM, FPE e IPI-Exportação, os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 4,4 %, em valores nominais. Este comportamento deveu-se a uma queda na arrecadação do ICMS-Estadual, da ordem de 10 %.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional: (061)481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	março	Partic.	abril	Partic.	Abr/ Mar
FPM	288.535,5	12,7%	317.829,6	14,6%	10,1%
FPE	277.840,9	12,2%	306.049,2	14,1%	10,1%
IPI-EXP	22.223,2	1,0%	27.350,5	1,3%	23,1%
LC 87/96	42.387,5	1,9%	42.387,5	1,9%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	22.335,8	1,0%	22.335,8	1,0%	-
ICMS	1.623.959,4	71,3%	1.460.826,3	67,1%	-10,0%
Total	2.277.282,3	100%	2.176.778,9	100%	-4,4%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@sef.mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

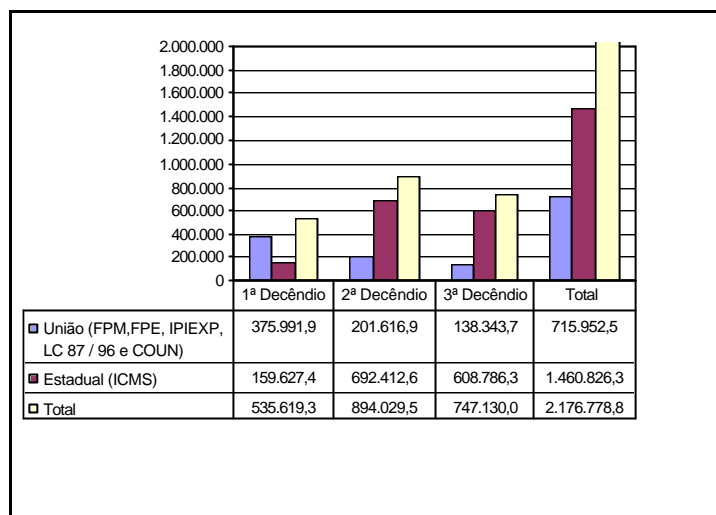
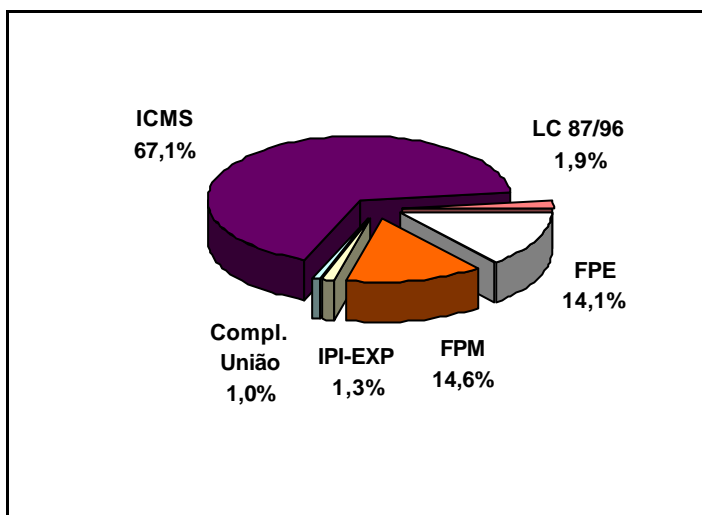
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - ABRIL/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	10.470	1.762	3	0	39	3.363	15.637	111,1	459,4
AL	681.631	12.732	7.583	64	285	357	9.293	30.314	44,5	191,4
AM	702.496	8.540	4.480	877	0	428	28.310	42.635	60,7	226,0
AP	123.954	10.442	1.213	0	0	173	1.959	13.787	111,2	477,3
BA	3.145.874	28.757	28.924	1.815	2.015	1.580	78.024	141.114	44,9	173,7
CE	1.629.478	22.455	16.675	324	0	692	30.442	70.588	43,3	179,5
DF(2)	295.507	2.112	651	2	0	344	0	3.109	10,5	44,6
ES	506.045	4.591	5.714	1.270	0	1.812	36.009	49.397	97,6	379,5
GO	946.678	8.701	11.728	225	0	567	52.128	73.349	77,5	294,3
MA	1.515.900	22.091	12.863	258	12.231	713	16.065	64.223	42,4	164,3
MG	3.234.938	13.633	42.098	3.110	0	5.484	151.549	215.874	66,7	272,9
MS	411.164	4.077	4.767	169	0	525	17.391	26.929	65,5	300,3
MT	575.966	7.063	6.063	242	0	825	33.089	47.283	82,1	315,3
PA	1.563.132	18.706	11.639	1.033	6.405	1.855	21.172	60.810	38,9	154,2
PB	785.138	14.656	10.320	83	0	122	14.767	39.949	50,9	210,4
PE	1.556.767	21.118	14.106	171	0	574	36.343	72.313	46,5	196,7
PI	680.126	13.226	7.939	18	1.399	128	10.130	32.840	48,3	195,8
PR	1.575.874	8.824	21.628	3.016	0	4.285	97.456	135.210	85,8	345,9
RJ	1.995.272	4.676	9.477	2.822	0	2.493	135.226	154.693	77,5	369,5
RN	556.513	12.786	8.066	75	0	154	12.982	34.063	61,2	266,9
RO	296.998	8.617	2.893	32	0	106	11.324	22.973	77,4	315,1
RR	73.528	7.592	1.529	2	0	16	2.242	11.381	154,8	614,1
RS	1.560.609	7.207	21.579	3.928	0	4.268	103.051	140.033	89,7	369,4
SC	881.442	3.917	12.455	2.323	0	1.526	65.894	86.115	97,7	383,0
SE	382.172	12.717	4.640	16	0	106	8.976	26.455	69,2	301,0
SP	5.143.359	3.060	42.158	5.470	0	13.181	477.581	541.451	105,3	428,4
TO	272.309	13.283	4.878	1	0	33	6.059	24.254	89,1	385,1
Total	31.233.602	306.049	317.830	27.350	22.336	42.388	1.460.826	2.176.779	69,7	285,8

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.